

---

## APRESENTAÇÃO

### VOLUME 23, NÚMERO 1, 2024

---

A Revista da Associação Brasileira de Estudos de Trabalho (ABET), neste 23º volume, apresenta temas que perpassam questões relevantes e atuais, tanto no mercado de trabalho urbano como no rural. Os textos discutem questões de diferentes regiões do Brasil e de outros países, como é o caso argentino.

Neste volume, são publicados textos que problematizam a invisibilização do trabalho doméstico e a riqueza que ela gera, seguido pela discussão sobre como a financeirização adotada por empresas de capital aberto impacta negativamente os trabalhadores e enfraquece a atuação sindical.

No texto “A riqueza gerada pelo trabalho não-remunerado”, Isabela Duarte e Hildete Pereira de Melo problematizam o trabalho doméstico e o cuidado, geralmente atribuído às mulheres, estabelecendo um cálculo para estimar e, ao mesmo tempo, denunciar que o trabalho doméstico é um trabalho não remunerado e fundamental para a manutenção da sociedade. As autoras demonstram que o trabalho doméstico e do cuidado são responsáveis por, no mínimo, 12% da geração de riqueza no país. Além de apontarem para distorções no cálculo do produto interno bruto (PIB), Duarte e Melo descortinam a invisibilização do trabalho doméstico e do cuidado e ressaltam o papel do Estado por meio de políticas públicas e de criação de regras que propiciem um olhar de equidade entre mulheres e homens, educando a população.

Marcelo Proni e Pietro Borsari, no artigo “Impactos da financeirização no trabalho em empresas de capital aberto”, problematizam a adoção de um modelo de gestão empresarial voltado à maximização do lucro para os acionistas. Para os autores, a adoção desse modelo em empresas de capital aberto gera efeitos negativos para os trabalhadores, insegurança no emprego, maior competição entre os trabalhadores, adoecimento, além de enfraquecer a atuação sindical. Proni e Borsari utilizam os casos da Vale e da Petrobras para exemplificar como esse modelo impactou o trabalho e o sindicato no Brasil.

Um segundo grupo de artigos aborda questões atinentes à educação. As discussões enfatizam a relação entre a formação acadêmica e os rendimentos do trabalho; a desigualdade salarial entre trabalhadores graduados em diferentes áreas; e o desempenho dos cotistas egressos de cursos de graduação no mercado de trabalho.

No artigo “Efeito da educação sobre os rendimentos do trabalho principal dos trabalhadores formais brasileiros: uma análise via pseudo-painel”, de autoria de Wiron José Saraiva Matos, Francisco Carlos da Cunha Cassuce, Evandro Camargos Teixeira e Rafael Faria de Abreu Campos, utiliza-se análise estatística para estabelecer quais são os efeitos da educação nos rendimentos do trabalho. Os autores usam dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) dos anos 1995 e 2015 e descobriram que, em 1995 o retorno da qualificação era maior do que em 2015, ou seja, houve queda geral na relação qualificação e na melhoria de rendimentos. Entretanto, no recorte por gênero, observaram que, em 2015, as mulheres qualificadas tiveram maior retorno salarial do que os homens, o que colabora para a diminuição da desigualdade salarial. Quando utilizado o recorte setorial, observaram que o setor agrícola foi um dos que mais sofreu com a diferença salarial. Por fim, apontam para outros fatores que impactam essa relação, como as características individuais e geográficas.

O tema proposto em “Formação educacional, atuação profissional e salários: (in) compatibilidade no mercado de trabalho brasileiro”, de Soraya Pires Momi, Solange de Cassia Inforzato de Souza e Magno Rogério Gomes, também é a educação. No artigo, as autoras e o

autor identificam e debatem sobre a desigualdade salarial entre trabalhadores com ensino superior completo, tanto na sua área de formação quanto fora dela. As autoras e o autor utilizam dados do Censo de 2010 e revelam que havia um grande número de graduados na área de educação com perfil predominantemente feminino e menor remuneração. Por sua vez, as áreas com poucos profissionais formados, apresentavam altos rendimentos e eram compostas, em sua maioria, por homens e brancos. Momi, Souza e Gomes também problematizam as consequências para aqueles(as) que não conseguem atuar na área de formação. Por fim, sugerem uma ação coordenada entre o setor público e o privado, com o intuito de estabelecer uma política de emprego e salário que leve em consideração a formação superior e a geração de postos de trabalho compatíveis.

No texto “O desempenho dos cotistas no mercado de trabalho: uma possível avaliação da política de cotas” de Ana Maria de Paiva Franco, Elaine Pazello, Fernanda Esperidião e Kleber Fernandes de Oliveira, analisa-se a eficácia da política de cotas a partir do desempenho de cotistas egressos de cursos de graduação da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Os achados evidenciam maior participação dos egressos cotistas na População Economicamente Ativa (PEA), mas com maior chance de desemprego quando comparado aos colegas da ampla concorrência. Entre os cotistas ocupados, observaram eficácia das cotas. Contudo, a taxa de desemprego maior entre esses cotistas pode ser atribuída à falta de uma rede de contatos, quando comparada aos pares da ampla concorrência. Em relação à remuneração, perceberam que não há diferença. Entretanto, constatam que, quanto mais elevada é a faixa de remuneração, menor é a presença de cotistas, desvantagem salarial que chega a 25%.

O terceiro eixo desta edição discute o papel da economia solidária e do desenvolvimento econômico no mercado de trabalho rural. Publicamos um estudo que propõe tornar os Institutos Federais em incubadoras sociais; a problematização do trabalho rural a partir de indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); e uma análise de como a construção da economia solidária rural, no caso argentino, pode ser pedagógica.

No artigo “Economia solidária, trabalho decente e os institutos federais de educação, ciência e tecnologia (IFs)”, Tatiana Reis, Carlos Alex Cypriano e Nilton Vasconcelos, partem do trabalho como princípio educativo e um dos objetivos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Por meio de uma revisão bibliográfica, refletem sobre como essa proposta se aproxima da economia solidária e do trabalho decente. Propõem que, com a interiorização dos Institutos Federais, esses se configurem em redes de incubadoras, pelas quais seria possível promover a inclusão social e o trabalho decente.

No texto “Desenvolvimento econômico, bem-estar e mercado de trabalho rural brasileiro”, Twanny Oliveira, Rita Pauli e Nathany Costa realizam uma revisão de literatura sobre o trabalho rural formal e informal com o intuito de entender o bem-estar, o desenvolvimento e a liberdade a partir dos indicadores: renda, educação e saúde. As autoras apontam que a renda é o fator preponderante para o acesso à educação e à qualidade de vida do trabalhador rural, mas o rendimento insuficiente afeta a população rural, por isso a necessidade de políticas públicas que enfoquem também em educação e saúde.

Em “La dimensión pedagógica de la co-construcción de políticas de comercialización en la economía popular en Argentina”, María Mercedes Palumbo, Betina Laura Plaza e Ana Clara De Mingo abordam o processo de negociação realizado entre o Movimento dos Trabalhadores Excluídos (MTE) e o Estado argentino para a promoção da economia solidária rural. As autoras demonstram que a construção dessa política apresenta aspecto pedagógico e envolve uma diversidade de conhecimentos e aprendizagens, organizados em quatro dimensões: “a disputa pelo espaço público, o acesso ao financiamento estatal, os processos de formalização e a contribuição do conhecimento por parte dos técnicos do Estado”.

Por fim, este número contém discussões sobre o trabalho e os trabalhadores em plataforma, o impacto da tecnologia na organização do trabalho e como os trabalhadores utilizam os aplicativos para se organizarem coletivamente.

No artigo “Novas tecnologias e reestruturação comercial no segmento supermercadista: impactos sobre o trabalho nas grandes redes de São Paulo”, Herodes Cavalcanti estuda os impactos no cotidiano do trabalho nos supermercados a partir da criação e do uso do código de barras na década de 1990, entre outras transformações a ele atreladas. Para o autor, houve uma mudança na organização do trabalho e no layout dos supermercados e essa mudança ocasionou a redução de postos de trabalho e a intensificação do trabalho que corroboram a precarização no setor.

Em “O trabalhador da Uber e a incorporação da autogestão neoliberal: autonomia ou indignidade?”, Thalita Barreto Sarlo e Fabrício Maciel questionam se o trabalhador brasileiro uberizado incorpora ou não a “subjetividade neoliberal”, conforme Dardot e Laval (2016)<sup>1</sup>, num contexto de ampliação e aprofundamento da vulnerabilidade social (Castel, 1998)<sup>2</sup>. Também refletem sobre o “trabalho digno”. A partir de entrevistas com cinco motoristas de aplicativo, os autores observam certas ambiguidades, como a aparente dignidade de trabalhar de carro e a insegurança material e legal inerentes a essa condição. Além de observar que houve uma incorporação das disposições mínimas e necessárias para a sobrevivência na atual fase do capitalismo, destacam que esse processo envolve um discurso que mascara a superexploração do trabalho. Para os autores, os trabalhadores e a trabalhadora entrevistada vivem numa fronteira de vulnerabilidade entre o trabalho digno e indigno, ou, ainda, transitam entre elas. O que vai determinar essa inclinação e o trânsito é a trajetória de vida, as relações sociais e a disposição individual.

No texto “Ação coletiva em meio à pobreza relacional: dinâmicas e potencialidades de espaços digitais de organização no mundo do trabalho”, Alexandre Guelerman analisa como o WhatsApp se tornou uma importante ferramenta na organização coletiva de trabalhadores terceirizados. Além disso, o autor argumenta que o uso do aplicativo permite aos trabalhadores precarizados fortalecerem suas redes de relações sociais, dos “laços fracos”. Essa “micropolítica” revela como trabalhadores com alto grau de rotatividade podem se apropriar da tecnologia para se organizar e lutar.

No artigo “Na corrida pela representação: os sindicatos de trabalhadores por aplicativos de São Paulo”, Eduardo Rezende Pereira e Andréia Galvão abordam a organização coletiva dos trabalhadores em plataformas e procuram entender como o sindicalismo tem se apresentado. Pereira e Galvão explicam que a atuação sindical desses trabalhadores está voltada para a prestação de serviços e para as denúncias, devido à precarização do trabalho vivida. Pereira e Galvão identificaram controvérsias em relação ao trabalho com carteira assinada e aos direitos que ele confere.

Os Editores

Adalberto Cardoso (UERJ)

Maria Aparecida Bridi (UFPR)

Ana Paula Ferreira D’Avila (UFPEL)

Patrícia Vieira Trópia (UFU)

---

<sup>1</sup> DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaios sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

<sup>2</sup> DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaios sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.